



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado JAIR BOLSONARO

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_ DE 2015**  
**(Do Sr. JAIR BOLSONARO)**

Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Defesa sobre voos realizados em aeronaves oficiais, no trajeto entre Brasília e Montevideú, no mês de junho de 2012.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c os arts. 24, inciso V e § 2º, 102 e 115, inciso I, do Regimento Interno, requero a V. Exa., após ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Defesa o presente requerimento contendo pedido das seguintes informações:

1. A relação dos voos oficiais realizados por aeronaves da Força Aérea Brasileira em junho de 2012, nos trajetos Brasília-Montevideú e Montevideú-Brasília, com o detalhamento das missões executadas nessas viagens;
2. A identificação de tripulantes e passageiros, brasileiros e estrangeiros, que embarcaram nas aeronaves para a realização dessas viagens, bem como o fato motivador do embarque de cada passageiro;

Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_ de maio de 2015

**JAIR BOLSONARO**  
Deputado Federal – PP/RJ

## JUSTIFICATIVA

Em 22 de junho de 2012, a Câmara de Senadores do Paraguai destituiu do cargo, por 39 votos a 4, o então Presidente Paraguaio Fernando Lugo, em processo iniciado por um deputado do Partido Colorado, motivado por um confronto entre policiais e camponeses, durante a reintegração de posse de uma fazenda em Curuguaty, que resultara em dezessete mortos e oitenta feridos.

Durante a Cúpula do MERCOSUL, ocorrida sete dias depois, em Mendoza, na Argentina, o bloco composto por Brasil, Uruguai e Argentina, decidiu pela suspensão temporária do Paraguai do “Mercado Comum do Sul”, por violação à democracia, bem como pela incorporação da Venezuela a partir de 31 de julho daquele ano.

De uma análise inicial, julgar-se-ia no mínimo estranha a decisão do bloco, ao suspender um país membro por ter, supostamente, violado a democracia em um processo de *impeachment* e, na mesma ocasião, aprovar a inclusão da Venezuela, governada pelo ditador Hugo Chávez, com padrões democráticos fortemente questionáveis. Criava-se naquele momento uma situação paradoxal sem precedentes.

Além disso, alguns analistas citaram a evidente articulação do bloco para a entrada de Caracas, considerando que o Congresso paraguaio compunha o único empecilho para a incorporação da Venezuela no MERCOSUL.

Recentemente, novas informações vieram à tona com a publicação da obra “*Una Oveja Negra al Poder*”, dos jornalistas Andrés Danza e Ernesto Tulbovitz, em que revelações do ex-presidente uruguaio José Mujica acresceram tópicos que envolvem diretamente a Presidente Dilma Rousseff, a qual teria utilizado informações fornecidas por espões cubanos e venezuelanos para convencer o então presidente do Uruguai, único país contrário à suspensão do Paraguai.

Essa preocupação encontra-se ratificada em publicação da Revista Veja, edição de 20 de maio de 2015, pgs. 64/65, consoante trechos a seguir transcritos:

*“Segundo o relato de Mujica no livro, o assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, ligou a seu gabinete para dizer que Dilma precisava transmitir uma mensagem pessoalmente...”*

*“Um avião foi enviado pelo governo brasileiro a Montevideú para buscar um funcionário de confiança de Mujica. Em Brasília, a própria presidente, segundo Mujica, mostrou fotos, gravações e relatórios de venezuelanos e cubanos para provar que o que acontecera no Paraguai fora “um golpe de Estado” gestado por um grupo de “mafiosos”. Quando o enviado uruguaio começou a tomar notas do que ouvia, Dilma ordenou que ele rasgasse o papel e disse: ‘Esta reunião nunca existiu’.”*

